

ATA N.º 44: Grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágicos

14 de setembro 2022

 Hemiciclo do Conselho Departamental de Maiote

(rue de l' hôpital, nº8, 97600 Mamoudzou, Ilha de Maiote)

Duração: 1h20min | 17h50 – 19h15

Introdução. Natureza da reunião

O Grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágios do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas, reuniu-se presencialmente no Hemiciclo do Conselho Departamental de Maiote, às dezasseis horas do dia catorze de setembro de dois mil e vinte e dois.

Deu-se as boas-vindas a todos os presentes (ver lista de participantes) e informou-se que a reunião seria gravada para efeitos de elaboração de ata.

1. Sessão de boas-vindas pelo Presidente do Grupo de Trabalho

O Sr. Gualberto Rita (*Federação das Pescas dos Açores e Presidente deste grupo de trabalho*) deu início à reunião, alertando que a mesma estava a começar com um atraso de quase duas horas, apelando à compreensão e capacidade de síntese dos participantes. Referiu que a Secretária-Geral não estaria presente, pois iria acompanhar o Sr. Charif Abdallah (vice-presidente do Comité Executivo) numa entrevista à televisão regional.

2. Informações administrativas e Adoção da agenda

A Assistente Administrativa e Financeira informou que a ata da última reunião tinha sido aprovada por consenso e por escrito, no dia quatro de agosto de dois mil e vinte e dois e que nesta reunião havia interpretação simultânea em português, espanhol e francês.

O Sr. Gualberto Rita perguntou aos membros do grupo de trabalho se concordavam com a agenda. Esta foi aprovada por consenso.

O Sr. José Blanco (*Islatuna*) referiu que deviam ter tido conhecimento da resposta da Comissão Europeia (CE) antes da reunião, e que tiveram conhecimento de que a CE não estaria presente nas reuniões, muito pouco tempo antes da reunião.

A Assistente Administrativa e Financeira acrescentou que a informação sobre a resposta da CE foi recebida e traduzida nos últimos dias do mês de agosto, e que foram feitos os livretes para entregar no dia em que seria apresentada a mesma. Acrescentou que caso algum membro pretendesse, também podiam enviar em formato pdf.

O Sr. Pedro Melo (Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores) referiu que o facto de convidarem a CE não era, por si só, um indício de que iriam comparecer. A CE só participa nas reuniões quando possível e, quando não participa, avisa tardiamente enviando um documento de resposta. Acrescentou que as reuniões decorriam num local onde existiam problemas e que o grupo de trabalho não era o responsável pela sua resolução, pois são apenas um Conselho Consultivo da União Europeia.

O Sr. Gualberto Rita salientou que, muitas vezes, a CE envia técnicos e que quando lhes dirigem alguma questão, os mesmos se limitam a afirmar que não podem responder na altura, respondendo apenas mais tarde por email. Informou que a presidência do grupo de trabalho sobre pesca de Pelágicos decidiu que a reunião deveria focar-se nos temas do Oceano Índico.

3. *International Pole and Line Foundation* «Informação disponível sobre a pesca do atum nas Regiões Ultraperiféricas do Oceano Índico e analisar o potencial para melhorar os dados operacionais e de captura»

A Sra. Emilia Dyer (*International Pole and Line Foundation*) afirmou que era necessário apoiar as pescas de todas as regiões ultraperiféricas (RUPs) da Europa. Informou que Maiote e a Reunião, eram territórios franceses na parte sul do Oceano Índico e que a extensão das duas ilhas e a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) representava mais de cento e cinquenta por cento da ZEE de França continental, o que seria uma boa oportunidade para desenvolver a economia francesa . Relativamente à Ilha da Reunião, informou que era um território francês desde 1946 e que os recursos marinhos capturados através das pescas representavam uma décima parte das exportações da ilha. Ou seja, a economia da ilha dependia do setor das pescas. Desde dois mil e vinte, havia cento e vinte e quatro embarcações de linhas de mão e isco e uma embarcação de cerco. As capturas na Ilha da Reunião aumentaram entre o ano mil novecentos e noventa e dois mil. Depois, estabilizaram e passaram ser duas mil e quinhentas toneladas por ano, com valores de mercado na ordem dos vinte e três milhões de euros. Comentou que estes valores eram baixos para um país com uma zona económica exclusiva tão grande. Em dois mil e vinte, segundo os dados da CE, as capturas de várias espécies de atum, representavam quarenta e cinco por cento das capturas totais, e as capturas de espadarte, representavam trinta e dois por cento. Referiu que estavam a ser realizadas novas infraestruturas na ilha da Reunião para a comercialização do espadarte. Acrescentou que o atum comercializado provinha de outros locais, como as Seychelles. As pescarias locais eram mais dirigidas ao espadarte, existindo ainda oportunidade para desenvolver a pesca do atum. A Ilha da Reunião dependia das importações e caso os residentes pudessem desenvolver a sua pesca poderiam ter novas oportunidades de emprego e ter mais

possibilidades no setor da pesca. Relativamente à Ilha de Maiote, informou que só começou a pertencer à União Europeia (EU), em julho de 2014. A economia de Maiote depende, principalmente, da agricultura e da pesca de pequena escala dirigida a algumas espécies pelágicas e peixes de recife de coral. Comentou que a pesca deveria ser mais apoiada e que era apenas utilizada para a subsistência local. Informou que existem cinco (5) navios de pesca de cerco, registados no porto de *Dzaoudzi*, dois (2) navios de palangre costeiro e mais de (1000) mil barcos de linha de mão registados e não registados. Explicou que houve um grande aumento de capturas no início dos anos 2000 (dois mil), com um pico em 2012 (dois mil e doze) de quase 30.000 (trinta mil) toneladas. Contudo, em 2014 (dois mil e catorze) as capturas totais foram de apenas 543 (quinhentas e quarenta e três) toneladas, o que constitui um enorme decréscimo. As capturas continuaram a diminuir, nos 6 anos seguintes, passando para 316 (trezentas e dezasseis) toneladas em 2019 (duas mil e nove), e 230 (duzentas e trinta) em 2020 (duas mil e vinte), um ano - sem dúvida - afetado pela COVID-19. Esta diminuição deve-se à mudança da composição das embarcações, coincidindo com a remoção dos navios cercadores registados com retenida e do volume de capturas de pescado. A maior parte da pesca era realizada por embarcações de pequena escala e os pescadores locais beneficiavam dos seus recursos locais, a nível nutricional e financeiro. Esta mudança foi possível devido a um acordo estabelecido em 2014, entre as Seychelles e a UE, em que os barcos das Seychelles pescavam em Maiote e os barcos de Maiote pescavam nas Seychelles. Contudo, a frota de Maiote é dominada por embarcações artesanais ou costeiras e a maioria não consegue chegar à costa das Seychelles e, conseqüentemente, beneficiar deste acordo. Há embarcações a pescar em Maiote, que não têm a bandeira de Maiote, cujas capturas são descarregadas noutros portos, na sua maioria, em Seychelles. Como a tripulação dessas embarcações não é local, não compensa à Mayotte o investimento e os benefícios do acordo Seychelles-Maiote. A população de Maiote denunciou a chegada de grandes navios industriais de pesca com cerco a pescar nas suas águas e o seu grande impacto. Comentou que desta forma, as embarcações artesanais de Maiote não conseguem operar eficazmente. Atualmente, a maior parte das capturas de Mayotte são de embarcações artesanais e as principais espécies alvo são o Atum Albacora (*Thunnus Albacares*), o Atum Bonito (*Thunnus thynnus*) e o Atum Patudo (*Thunnus obesus*). A pesca destas espécies é importante para a alimentação e emprego local. Salientou a importância de aumentar a produção de pescado através da aquicultura, para apoiar as comunidades locais e melhorar os dados tanto de Maiote como da Ilha da Reunião. A Sra Dyer comentou que também era necessária mais informação sobre a utilização dos dispositivos de concentração de peixe (FADs), pois caso contrário não seria possível compreender totalmente a realidade das pescas destas duas ilhas. Comentou que não havia dados atualizados sobre as capturas das embarcações de linha à mão, de arrasto, nem das inferiores a doze metros que representavam uma grande parte da frota. Os últimos dados sobre a pesca com palangre e linhas de mão eram de 2015-2019

e 35% dos dados sobre os tamanhos de captura não estavam de acordo com os critérios do IOTC. Não havia dados da maior parte das capturas. Reforçou que, em Maiote, não existem dados sobre a atividade das embarcações de palangre costeiro e de pesca de corrico, inclusivé as suas capturas. Os dados existentes são muito limitados e pouco atualizados, o que dificulta a avaliação das pescas da região. Estima-se que, menos de trinta por cento da população da ilha tem emprego, o que gera uma grande preocupação. Acrescentou que a pesca poderia ser uma oportunidade para aumentar a empregabilidade e a subsistência e alimentar, contudo, era necessário haver dados sobre a mesma. Sintetizou que, as pescas de Maiote e da Ilha da Reunião eram importantes para a socioeconómia, contudo era necessário serem mais desenvolvidas. Concluiu que faltavam dados sobre as pescas das últimas décadas, e que a informação era essencial para se poder apoiar as comunidades locais e aumentar as oportunidades deste setor nestas ilhas.

O Sr. José Blanco questionou se os industriais que operavam segundo acordos entre a UE e as Seychelles eram os mesmos que estavam presentes no relatório da CE, entregue nas reuniões do dia anterior.

A Sra. Emilia Dyer referiu que não tinha conhecimento e salientou que havia coerência entre os dados da EU e do IOTC relativamente às capturas e também uma boa coerência nos próprios relatórios.

O Sr. José Blanco questionou se os acordos entre a UE e as Seychelles eram realizados por navios com bandeira diferente das Seychelles ou se eram os mesmos navios industriais referidos pela CE, pois no documento mencionava que o acordo tinha sido renovado.

A Sra. Anaïs Mourtada (*Comité National de Pêches Maritimes et Élevages Marins - CNPMM*) esclareceu que as embarcações das Seychelles que estavam a operar nas águas da Reunião tinham acordos com a UE. Os acordos de pesca assinados entre a França e as Seychelles eram posteriormente assinados entre a UE e as Seychelles.

O Sr. José Blanco questionou ainda, se Maiote teria competência e beneficiaria com estes acordos, e se a CE negocia independentemente com as mencionadas embarcações, apesar de operarem na ZEE de Maiote.

A Sra. Anaïs Mourtada respondeu que as embarcações com acordos com Seychelles pescavam na Ilha da Reunião. Relativamente a Maiote, não tinha conhecimento, mas reafirmou que os acordos assinados pela UE, com as Seychelles, eram com base nos acordos previamente assinados pela França. Os benefícios decorrentes do acordo, revertem para o desenvolvimento do setor das pescas dos territórios.

O Sr. José Blanco afirmou estar a ler a versão portuguesa do documento da CE, contudo apenas se referia à região de Maiote.

O Sr. Rui Catarino (*International Council for the Exploration of the Sea - ICES*) informou que o documento da CE faz referência aos antecedentes do acordo e que o novo acordo apresenta as mesmas condições. No documento da CE informa-se que são oito navios, ou seja, deveria haver oito licenças que podiam ser atribuídas a embarcações das Seychelles. Comentou que havia compensações para Maiote, nomeadamente uma licença por treze mil e quinhentos euros por embarcação e uma base de cento e trinta e cinco euros por cada tonelada de captura que reverta a favor de Maiote.

O Sr. José Blanco referiu que, no seu entendimento, uma renovação do contrato não significava manter as condições, mas sim que o prazo seria prorrogado. Não se encontrando na sala o Sr. Chariff Abdallah, o Sr. Blanco considerou ser correto manter as informações fornecidas por ele, em reuniões anteriores de que estes acordos estavam a prejudicar Maiote e que lhe parecia que a CE estava negociar paralelamente.

O Sr. David Pávon (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) referiu que a compensação para Maiote não era para os pescadores ou para o setor das pescas. Comentou que não se sabia ao certo o número de embarcações com acordo. Considera que a posição de Maiote relativamente a direitos de pesca deve ser melhorada, pois tem sido insuficiente. Referiu que para manter as cooperativas e alimentar a população, em Maiote, era necessário importar peixe, o que não fazia sentido, uma vez que tinham recursos marinhos suficientes nas suas águas.

A Sra. Emilia Dyer referiu que era possível as embarcações mudarem as bandeiras, o que tornava difícil saber a que região pertencem as embarcações.

O Sr. Jorge Gonçalves (*Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores*) salientou que as bandeiras e as licenças mencionadas talvez não fossem de Seychelles. Comentou que, não deixava de ser curioso o facto do pescado de Mayotte ser exportado e depois ser necessário importar pescado de outras regiões. Comentou que, tendo em conta os acordos de pesca, poder-se-ia aproveitar os mesmos para formação profissional dos pescadores, pois se embarcassem nos navios dos países dos acordos terceiros adquiririam mais conhecimento para desenvolver as suas pescarias.

O Sr. Gualberto Rita referiu que, em consideração ao Vice-Presidente do Comité Executivo (Charif Abdallah) e à região de Maiote, deveriam fazer uma recomendação sobre os acordos de pesca com países terceiros, caso concordassem.

O Sr. Leonard Ragnauth (*Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Guyane – CRPMEM de Guyane*) informou que as licenças são renovadas anualmente por treze mil e quinhentos euros, mas que esse montante não era dirigido aos pescadores ou ao setor da pesca local. Relativamente à apresentação dos dados da pesca de Maiote, questionou como era possível as capturas, a partir de 2020 terem passado a quase nulas, quando antes eram de vinte mil toneladas.

A Sra. Emilia Dyer indicou que desde dois mil e vinte, não existem dados no IOTC e que, por

isso, desconhecia a resposta.

O Sr. Charles Delmas (*Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture – ARIPA*) esclareceu que houve um aumento de três mil toneladas de capturas, mas que entre dois mil e dez e dois mil e vinte, a produção de Maiote desceu quase para zero.

A Sra. Emilia Dyer mencionou só ter acesso à informação publicada e desconhecer o que aconteceu nessas datas porque não tiveram tempo de se reunir.

O Sr. David Pávon informou que a pesca em Maiote teve este declínio, pois deixou de haver pesca por embarcações locais industriais.

O Sr. Nicolas Blanc (*Sciaena*) corroborou o que foi dito e explicou que a diferença tem por base o desaparecimento das capturas das grandes embarcações, pois passaram a ser um centésimo das capturas declaradas.

O Sr. João Delgado (Mútua dos Pescadores) indicou que a estatística ajuda a explicar parte da realidade, mas que era importante a observação direta na elaboração de políticas públicas e adoção de medidas de gestão aplicadas a uma realidade concreta. Informou que, durante a visita a uma cooperativa em *Mamoudzou* o responsável explicou que, devido à elevada falta de abastecimento de pescado local, era necessário importar grandes quantidades de pescado do Vietname para poder abastecer a população. Salientou que devido à falta de dados era quase impossível delinear políticas públicas. O Estado-Membro responsável pela região deveria ser questionado sobre o aumento do investimento na investigação, para que através de dados concretos, se pudessem determinar políticas de desenvolvimento do setor da pesca, com base nas dificuldades de abastecimento de pescado desta população. O consumo médio de peixe dos habitantes da ilha era em média de cinco quilos por ano. Comentou que Paris tem um consumo médio de pescado de trinta quilos quando a disponibilidade do recurso é incomparável e que Portugal tem um consumo médio de cinquenta e sete quilos por ano.

O Sr. Gualberto Rita reforçou a ideia de que o grupo de trabalho, em conjunto com o Secretariado e a *Chambre de l' Agriculture, de la Pêche et de l' Aquaculture de Mayotte (CAPAM)* deveriam trabalhar na recomendação sobre os acordos de pesca.

4. Comissão Europeia: “Estratégia para a defesa da pesca sustentável pelágico, no Regiões ultraperiféricas”

Distribuiu-se o documento da CE, sobre as frotas e artes de pesca, direitos de alocação e estratégicas para agregar valor à pesca do atum pelos navios das regiões ultraperiféricas nos mercados europeu e internacional.

O Sr. Gualberto Rita sugeriu que os membros interessados formulassem perguntas para o secretariado enviar à CE.

A Assistente Administrativa e Financeira solicitou que as questões fossem enviadas por e-mail até ao dia vinte e três de setembro, para serem traduzidas e enviadas à Comissão.

O Sr. José Blanco questionou o facto de não ser o próprio secretariado a formular as perguntas à CE depois das intervenções e apresentações e a Assistente Administrativa e Financeira esclareceu que, uma vez que não sendo possível colocar as questões diretamente à Comissão Europeia, este seria o melhor procedimento.

O Sr. João Delgado referiu que as questões colocadas à CE não invalidam que haja um posterior debate, caso seja necessário.

O Sr. Gualberto Rita reforçou que teriam até ao dia vinte e três de setembro para enviar as questões que quisessem colocar à CE.

Outros assuntos.

Nada mais havendo a acrescentar, e tendo em conta a duração da reunião, o Sr. Gualberto Rita que deu por encerrada a reunião

Conclusões/Recomendações

Os pontos de agenda foram cumpridos.

ND.